

Marcio Pestana

Resumo

Possui graduação, mestrado e doutorado em direito do Estado, pela Faculdade de Direito da Pontificia Universidade Católica de São Paulo.

Advogado e sócio-titular de Pestana e Villasbôas Arruda - Advogados, com atuação em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, com larga experiência em direito público e direito privado empresarial.

Professor Titular de Direito Administrativo da Faculdade de Direito FAAP e Coordenador dos Cursos de Direito Administrativo e Constitucional, Licitação, Lei Anticorrupção e Direito Municipal no Pós-Graduação da Fundação Armando Alvares Penteado, em São Paulo - SP.

Membro do Instituto dos Advogados de São Paulo IASP.

Árbitro da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP.

Membro do Conselho de Gestão da Secretaria de Serviços e Obras do Município de São Paulo - SP

Dados pessoais

Nome: Marcio Pestana

Endereço: Av. São Gabriel, 333, 18 andar - Jardim Paulista São Paulo – CEP: 01435001, São Paulo, Brasil

Telefone: 55 11 3079-3999

Endereço profissional: Faculdade de Direito FAAP

Rua Alagoas - Higienópolis São Paulo 01000001, SP Brasil

Email para contato : mpestana@peva.com.br

Email alternativo: marciopestana@hotmail.com

Áreas de atuação

1. Direito Administrativo
2. Direito Tributário
3. Direito Empresarial

Idiomas

Português
Inglês

Produção

Artigos completos publicados em periódicos

1. Administração Pública e a Arbitragem. Revista da Faculdade de Direito Fundação Armando Álvares Penteado (Cont. ISSN 21752230 Revista Juris da Faculdade de Direito). v.7, p.39 45, 2012.
2. Emenda Constitucional Inconstitucional: um convite à reflexão. Revista Juris da Faculdade de Direito. , v.5, p.117 118, 2011.
3. Anistia Fiscal e os Princípios da Isonomia, Razoabilidade e Proporcionalidade. Revista da Faculdade de Direito. Fundação Armando Álvares Penteado. , v.1, p.215 226, 2002.
4. Inconstitucionalidade e Prescrição na Restituição do Tributo. Revista dos Tribunais. Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política. , v.12, p.218 240, 1995.

Livros publicados

1. Lei Anticorrupção. Exame sistematizado da Lei n. 12.846/2013. Barueri: Manole, 2016.
2. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Atlas, 2014, v.1000.
3. Licitações Públicas no Brasil. São Paulo: Ed. Atlas, 2013, v.1.
4. Direito Administrativo Brasileiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, v.1.
5. Direito Administrativo Brasileiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
6. A Prova no Processo Administrativo Tributário. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2007.
7. Direito Administrativo Brasileiro. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2007.
8. A Concorrência Pública na Parceria Público-Privada (PPP). São Paulo: Ed. Atlas, 2006.
9. O Princípio da Imunidade Tributária. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2001.

Capítulos de livros publicados

1. Tombamento no Brasil: questões jurídicas polêmicas *In: Direito Imobiliário Brasileiro. Novas fronteiras da legalidade constitucional.* 1 ed. São Paulo: Ed. Quartier Latin, 2011.
2. Responsabilidade Civil do Estado por Danos Provocados por Concessionários em Parcerias Público Privadas *In: Responsabilidade Civil do Estado. Desafios Contemporâneos* ed. São Paulo : Editora Quartier Latin do Brasil, 2010.

3. A Exorbitância nos Contratos Administrativos. Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura. São Paulo : Ed. RT, 2017.

Artigos em jornal de notícias

1. A prescrição na Lei Anticorrupção. Valor Econômico. São Paulo. 2017

2. A inconstitucional suavização das condenações impostas à Fazenda. Monitor Mercantil Digital. São Paulo, 2009.

3. A licitação merece ser priorizada. Tribuna do Direito. São Paulo, 2009.

4. A Licitação sofre com o desinteresse do Legislativo. Conjur. São Paulo, 2009.

5. A Outorga Onerosa do Direito de Construir exige redobrada atenção. Migalhas. São Paulo, 2009.

6. Administração Pública abusa das contratações temporárias. Consultor Jurídico. www.conjur.com.br, 2009.

7. Estado deve indenizar se não cumpre compromissos. Consultor Jurídico. São Paulo, 2009.

8. O Trem da Alegria das Contratações Temporárias. Migalhas. www.migalhas.com.br, 2009.

9. Os compromissos rompidos pelo Estado. Monitor Mercantil. , 2009.

10. Licitação e a ir(regularidade) fiscal. Diário de Notícias. São Paulo, 2008.

11. A Concorrência Pública na Parceria Público Privada. Carta Forense
Jornal Jurídico On Line. São Paulo, 2006.

12. Emenda Constitucional Inconstitucional. Nova Lei da Previdência.
São Paulo, 2003.

13. Banco Central, Importadores e as Medidas Provisórias. Gazeta
Mercantil. São Paulo, 2002.

14. MP duradoura é inconstitucional. Gazeta Mercantil. São Paulo, 2002.

15. O Processo Administrativo e a Anistia Fiscal. Gazeta Mercantil. São
Paulo, 2002.

Artigos em revistas (Magazine)

1. Arbitragem, Concessão de Serviços Públicos e o rompimento do
equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Revista Direito ao Ponto.
São Paulo, 2013.

2. Condenações suaves à Fazenda Pública. Visão Jurídica. São Paulo,
2010.

3. Olimpíada e Copa do Mundo no Rio de Janeiro: novidades na
Licitação. Fórum Empresarial, 2010.

4. Favorecimento disfarçado. Visão Jurídica. São Paulo, p.p. 3839, 2009.

5. PPP Protegidas pela Lei. Visão Jurídica. 2007.

6. A Parceria Público Privada (PPP). Gerente de Cidade. São Paulo,
2006.

7. Psicopedagogia e a Resolução 03/95. Psicopedagogia Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia. São Paulo, 1996.